

DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DA ACESSIBILIDADE UNIVERSAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL BRASILEIRA

H. B. Santos, D. V. C. Santos, R. R. G. Souza, C. O. Santana, E. B. O. Souza

RESUMO

O presente artigo visa avaliar o quanto a formação técnica e outros fatores da prática profissional de arquitetos urbanistas, engenheiros civis e técnicos em edificações contribuem para um sistemático não cumprimento dos critérios normativos da acessibilidade e premissas do desenho universal nos produtos da construção civil brasileira. O método de análise adotado foi qualiquantitativo baseado em questionário online com 106 profissionais distribuídos por todo o território nacional, atuantes nos setores público e privado, formados entre a década de 1973 a 2016. Os resultados apontam para carências na formação básica e na fiscalização como os principais entraves à implantação da acessibilidade, e sugerem que o aprofundamento no tema e melhor conhecimento da norma ainda dependem de autodidatismo, ficando restritos a poucos profissionais.

1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade, segundo o conceito da Norma de Acessibilidade, NBR 9050, é a:

(...) possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015)

Dados do Censo (IBGE, 2010) apontam que 45,6 milhões de pessoas afirmaram ter algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população brasileira. Porém, poucas destas são percebidas nos espaços, poucas são fortes o bastante para não serem vencidas pelas barreiras espaciais e atitudinais. Poucas permanecem lutando pelo seu direito fundamental de ir e vir, e o resultado é que este percentual cai drasticamente quando as procuramos nas instituições de ensino, empresas, espaços de lazer, pela cidade em si.

Cidades são produtos da construção civil. Os profissionais diretamente responsáveis por conceber e executar estes produtos, sejam eles arquitetônicos ou urbanísticos, contam com um acervo jurídico e técnico que contempla a acessibilidade universal e a coloca, inclusive, como condição *sine qua non* para a aprovação de projetos e obras. Porém,

pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, ao se deslocarem pelos espaços urbanos e edificações, ainda se deparam com diversas barreiras e obstáculos que as impedem de utilizarem os espaços com autonomia e segurança. Por quê?

Conforme relatado por Santos et al. (2015), a partir da experiência com o Projeto Campus Acessível da Universidade Federal da Bahia, ao vistoriar e aplicar *checklist* de acessibilidade em diversas edificações, constatou-se que itens cobrados exclusivamente pela Norma de Acessibilidade obtinham os piores percentuais de atendimento, enquanto questões de passagem mínima e dimensões de escada – que fazem parte de outras disciplinas, como ergonomia geral – eram frequentemente atendidas. Esta observação despertou o anseio de compreender melhor quais fatores podem estar contribuindo para essa inadequação sistemática de projetos e obras aos critérios próprios à acessibilidade.

Este trabalho tem um atributo peculiar que é o fato de ele se encontrar na fronteira temporal da implantação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015), que no Artigo 28 do Capítulo IV institui a:

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento (BRASIL, 2015)

Além de leis e decretos, escritos estáticos, uma ampla disseminação das premissas da acessibilidade exige disseminação competente em vários domínios da atuação. A engenharia e a arquitetura, tendo por missão a atuação sobre o espaço físico construído e a defesa do bem-estar e da segurança de pessoas que deles usufruem, têm um papel fundamental na concepção de espaços que contemplem toda a diversidade de pessoas e um atendimento fidedigno às leis e normas brasileiras, e a formação não pode se esquivar da responsabilidade conjunta com estes profissionais.

2 A PESQUISA

A pesquisa se deu através de questionário online com profissionais que atuam sobre a construção civil – nomeadamente engenheiros civis, arquitetos urbanistas e técnicos em edificações. Na pesquisa, é feita uma caracterização da formação na área da acessibilidade nos cursos de arquitetura e urbanismo, engenharia civil e técnico em edificações ao longo do tempo, da década de 1970 até 2016. Composta por questões fechadas e abertas, a análise visa sobretudo compreender até que ponto a formação básica, ou a falta dela, na área da acessibilidade, representa um fator preponderante para o conhecimento final do profissional sobre o tema.

O questionário divide-se em seis etapas: perfil, formação base e complementar em acessibilidade, atividade profissional, conhecimentos da NBR9050 e levantamento dos principais fatores que podem estar dificultando a implementação da acessibilidade universal na construção civil. Quanto à formação, é perguntado o nome do curso, da instituição de ensino, o ano de conclusão, a importância dada à acessibilidade durante o curso, se houve alguma disciplina específica de acessibilidade e quais os conteúdos focados. Esta etapa é finalizada com uma pergunta acerca da formação complementar na área de acessibilidade, na qual o respondente tem a oportunidade de compartilhar as experiências vividas em curso específico ou experiência profissional em uma questão aberta.

Na terceira etapa, deseja-se saber detalhes da atividade profissional exercida pelo participante, tais como as atividades que realiza, a empresa em que trabalha, com qual frequência a acessibilidade universal é mencionada no ambiente de trabalho, se este trabalha ou já trabalhou diretamente na área da acessibilidade, a importância dada à acessibilidade quando da realização/avaliação de um projeto e qual o nível de conhecimento geral sobre essa área. Ao final desta seção, investiga-se mais minuciosamente sobre a familiaridade com a NBR 9050. Esta questão permite verificar se informações prestadas anteriormente refletem e são proporcionais ao conhecimento específico da Norma. Em seguida, pergunta-se se o profissional sente falta de mais formação sobre acessibilidade e, em caso afirmativo, em quais aspectos específicos.

Por último deseja-se saber, na opinião do participante, incluindo a questão da formação quais outros fatores ele considera relevantes como barreiras à implementação da acessibilidade universal na construção civil. E enfim uma questão aberta para sugestões e depoimentos.

3 ANÁLISES

O questionário foi respondido por um total de 200 pessoas, sendo 106 delas profissionais da arquitetura e urbanismo, engenharia civil ou técnicos em edificações. As demais 94 respostas são de estudantes da área e de profissionais de outras especialidades que se sentiram à vontade para responder. As respostas deste segundo grupo, não profissionais da área, não foram incluídas na apreciação geral; elas foram consideradas apenas em uma das análises a fim de comparar a impressão de quem vive a profissão à dos demais respondentes sobre as maiores barreiras para a implementação da acessibilidade na construção civil. Nos gráficos e análises a seguir, portanto, as respostas correspondem à amostra de profissionais com formação na área. Destes, a maior parte da amostra é de engenheiros civis, com 50% de representatividade, 30% tem formação em arquitetura e urbanismo e 20% são técnicos em edificações. Destaca-se que 2 arquitetos e 2 engenheiros possuem também a formação prévia no curso técnico. A divulgação online promoveu o alcance de respondentes das cinco regiões brasileiras, contudo há uma maior representatividade de profissionais formados em instituições ensino superior da Bahia devido à divulgação local que ocorreu concomitantemente. Em relação às áreas de atuação, a amostra é eclética e muitos profissionais possuem experiência em mais de uma área, como mostra a Figura 1.

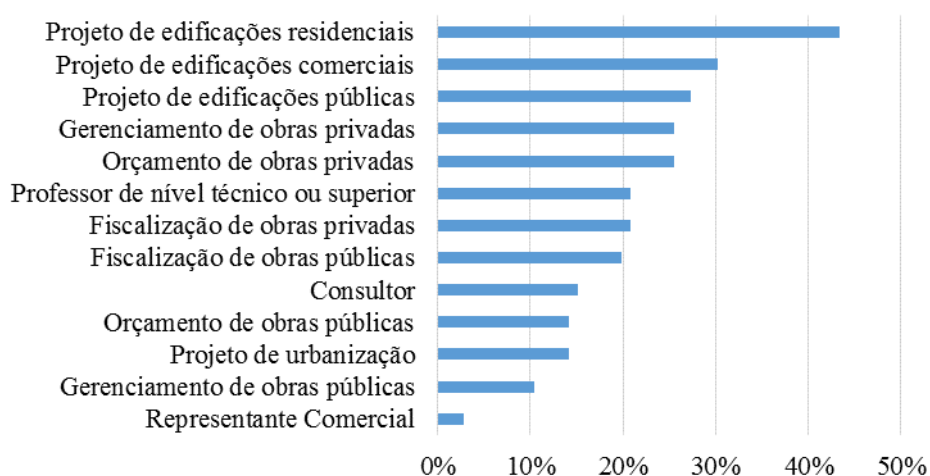


Figura 1 Áreas de atuação da amostra de profissionais

Em relação ao ano de formação da amostra de profissionais, foram levantados dados de pessoas formadas a partir de 1977 até 2016. Destes, 84% se formou a partir de 2000, sendo 63% após o ano de 2004 – ano marco da NBR 9050/2004 e do decreto 5.296/2004, que a instituiu (BRASIL, 2004). A relevância desta característica da amostra para a interpretação das demais respostas é que os dados mais recentes serão mais representativos, enquanto dados de pessoas formadas nos primeiros intervalos da amostra podem configurar dados isolados, dando margem para hipóteses não realistas, inadvertidas, se não houver atenção a este aspecto da amostra.

A fim de analisar a progressão do conhecimento em acessibilidade, relacionando-o à formação, dividiu-se a amostra pelo ano de formatura em intervalos de 5 anos, iniciando regressivamente em 2016. A Figura 2 procura relacionar diversos fenômenos, sobretudo a relação entre o ano de formatura, a presença de disciplina específica de acessibilidade e a percepção geral da importância do tema durante o curso ao conhecimento geral e da norma. A área cinza demonstra a proporção dos respondentes de acordo com o ano de formatura (em percentual). As barras em azul escuro representam o percentual de profissionais que afirmaram ter cursado disciplina específica de acessibilidade ou desenho universal durante a graduação ou curso técnico (também em percentual). A curva em azul claro é relativa à importância dada às questões de acessibilidade durante o curso. As respostas permitem 4 graus de importância: nada importante, pouco importante, importante e muito importante. As curvas amarela e rosa são respostas à autoavaliação do conhecimento geral sobre acessibilidade (amarela) e conhecimento específico da norma (rosa), condições não necessariamente relacionadas à formação básica, mas também a formação posterior ou experiência na área.

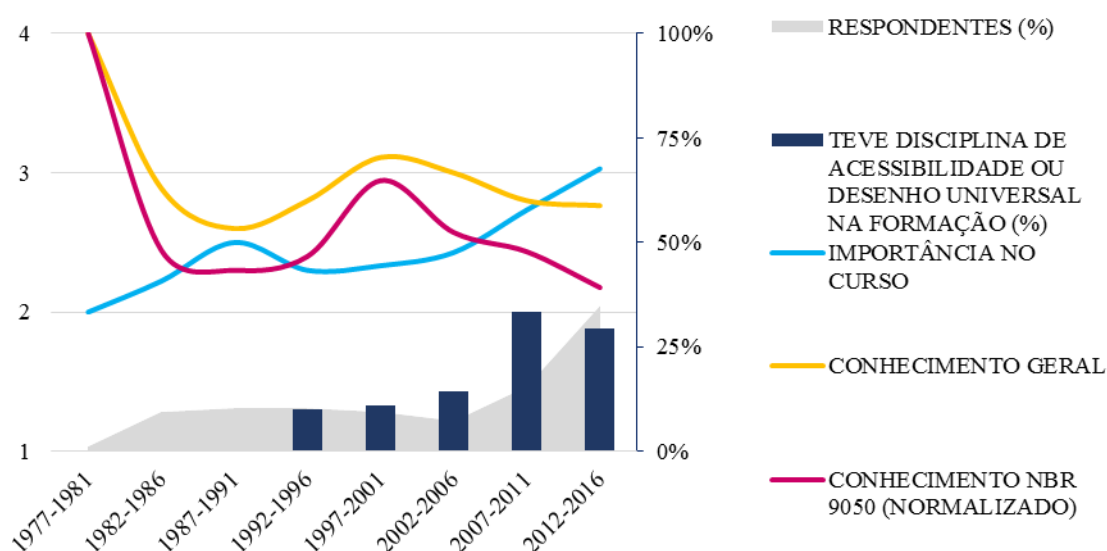


Figura 2 Importância do tema, disciplina específica, conhecimento geral em acessibilidade e conhecimento da norma de acordo com o ano de formatura

A partir destes resultados, é possível fazer algumas observações e considerações:

- i. disciplinas específicas de acessibilidade e desenho universal só começaram a ser percebidas nas grades a partir da década de 1990, ainda que por apenas um décimo dos profissionais; este valor mais do que dobrou a partir dos formandos de 2007, sugerindo possivelmente uma relação com os marcos legais de 2004;

- ii. a percepção da importância do tema durante o curso também apresenta uma tendência positiva no mesmo período;
- iii. as curvas do conhecimento geral em acessibilidade e do conhecimento da NBR 9050 têm curvas compatíveis, com movimento similar, sendo que a autoavaliação sobre o conhecimento geral está sempre superior à do conhecimento da norma propriamente; distorções na curva no ano inicial e no período de 2000 correspondem à presença de respostas de profissionais que se especializaram posteriormente na área.

Destruindo a questão da presença de disciplina de acessibilidade no curso, chama atenção o pequeno percentual da amostra que teve incluído o tema na grade curricular. A Figura 3 apresenta estes percentuais, para cada uma das três formações analisadas, evidenciando o menor percentual para a formação técnica (9%), depois da formação em engenharia civil (12%) e de arquitetura, com o maior percentual – ainda baixo – de 26%. Considerando que o tema acessibilidade é premissa fundamental e legal para a atuação na construção civil, estes percentuais estão muito abaixo do necessário, que deveria beirar ou se fixar em 100%. Com a instituição legal da inclusão de disciplina específica nas grades curriculares pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL 2015), espera-se que em alguns anos estes gráficos tornem-se completamente obsoletos.

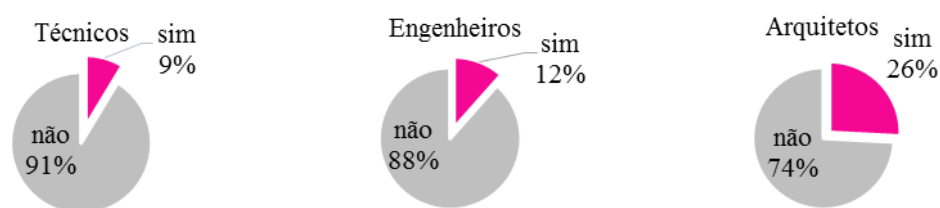


Figura 3 Teve disciplina de acessibilidade ou desenho universal na formação

Quando perguntados sobre a necessidade de mais formação na área, mais de 90% dos três grupos de profissionais responderam afirmativamente (Figura 4). Os engenheiros foram os que marcaram menos (92%), seguidos pelos arquitetos (94%), e em destaque os técnicos, que marcaram positivamente com unanimidade (100%).

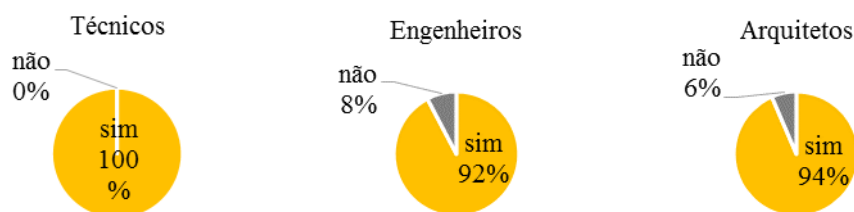


Figura 4 Você sente necessidade de mais formação nesta área?

Em seguida, foi perguntado se os profissionais possuem formação complementar ou experiência em acessibilidade. Esta questão ajuda a compreender possíveis as aparentes deformações na relação formação-conhecimento apresentada na Figura 2. Os técnicos são aqueles que, posteriormente à formação básica, tiveram menos contato com o tema; apenas 9% deles tiveram. Em seguida, 35% dos engenheiros responderam afirmativamente. Entre os arquitetos obteve-se o melhor percentual, com 45% deles afirmando ter complementado sua formação ou ganhado experiência na área.

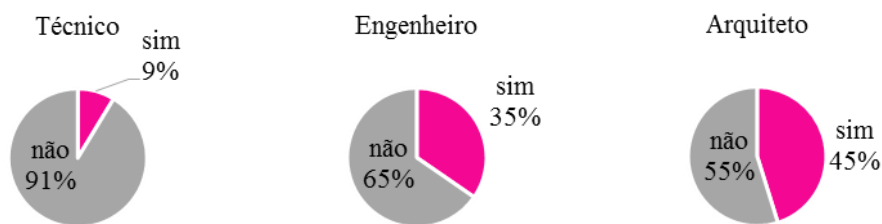


Figura 5 Você possui formação complementar ou experiência na área de acessibilidade?

Seguindo esta linha, indagou-se ainda aos profissionais, quando da realização de um projeto, qual o grau de importância eles atribuem à acessibilidade (escala de 1 a 4). Entre os engenheiros, arquitetos e técnicos predominaram as marcações para muito importante, com 60%, 84% e 61% da amostra, respectivamente. O que chama atenção é a presença de algumas marcações para nada e pouco importante, assinaladas por engenheiros civis (2% para nada importante) e técnicos (9% para pouco importante). Não houve marcação de arquitetos para estes dois níveis inferiores de importância. Estas respostas, sozinhas, não permitem uma análise verdadeira sobre o fenômeno, e inclusive suscitam questionamentos sobre a aplicação prática da declarada importância. Porém, se observadas juntamente à questão a seguir, é possível fazer ponderações.

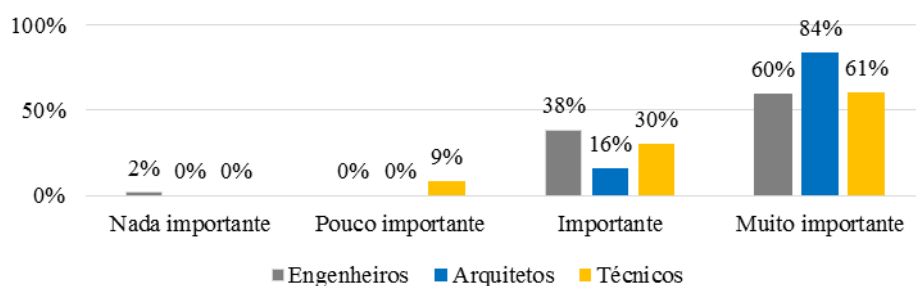


Figura 6 Quando da realização/avaliação de um projeto, qual o grau de importância você atribui à acessibilidade?

A fim de avaliar o conhecimento específico da Norma de Acessibilidade NBR 9050 pelos profissionais, criou-se uma questão de múltipla escolha com gradação de 1 a 7, com a seguinte gradação de opções:

- 1 - não tive a oportunidade de conhecer
- 2 - já visualizei poucas vezes para uma dúvida específica
- 3 - consulto frequentemente para dúvidas específicas
- 4 - já fiz uma leitura dinâmica da norma inteira
- 5 - já fiz uma leitura dinâmica e consulto dúvidas específicas quando necessário
- 6 - já fiz uma leitura aprofundada e consulto quando necessário
- 7 - conheço profundamente a norma e sinto-me à vontade para responder quaisquer questões sobre ela

A Figura 7 apresenta gráfico de barras com o percentual acumulado de marcações para cada grau de conhecimento da norma pelos 3 grupos de profissionais. O grau 2 de conhecimento – *já visualizei poucas vezes para uma dúvida específica* – foi o mais marcado por técnicos e engenheiros civis; suas contribuições definiram este grau como o de maior acumulado geral. Entre os arquitetos, os graus de conhecimento com maior marcação foram o 5 e o 6 – *já fiz uma leitura dinâmica e consulto dúvidas específicas*

quando necessário e já fiz uma leitura *aprofundada* e consulto quando necessário. Merece destaque o percentual de profissionais que afirmaram nunca ter havido a oportunidade de conhecer a norma, que é a situação representada por mais de 20% dos engenheiros civis e quase 20% dos técnicos; neste grau os arquitetos foram poucos, porém existentes.

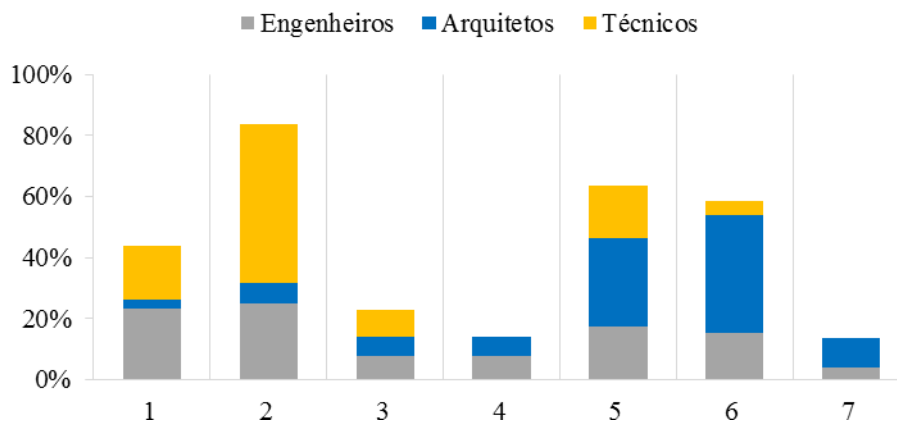


Figura 7 Conhecimento específico da NBR 9050

De que forma esse completo desconhecimento da amostra se relaciona com as declarações de importância ao tema atribuídas pela questão anterior? Aparentemente, considerar o tema importante não é o suficiente para motivar ao aprendizado e consulta sistemática dos parâmetros normativos.

Finalmente, deseja-se saber na visão desses profissionais quais outros possíveis fatores que estão dificultando a implementação da acessibilidade universal na construção civil. Foram dadas as seguintes opções, com a possibilidade de adição escrita de outros fatores:

- i. falta de formação básica no tema (na graduação ou curso técnico)
- ii. falta de interesse/ compromisso do profissional com o tema
- iii. falta de iniciativas do poder político em criar, apoiar e cobrar ações em acessibilidade (na formação, na prática profissional, na destinação de recursos próprios para obras de acessibilidade etc.)
- iv. dificuldades técnicas (para adequação de edificações existentes, inclusive tombadas, pela morfologia do terreno etc.)
- v. por questões de custo (de adaptações em reformas, acréscimos em obras novas)
- vi. a falta de rigor das exigências das prefeituras municipais quando da recepção dos projetos, emissão dos alvarás de construção e Habite-se
- vii. falta de fiscalização e punição efetiva para obras que não contemplem plenamente a NBR 9050

Pode-se destacar, a partir da **Figura 8**, que mais de 70% dos profissionais da área consideram a *falta de formação básica no tema* e a *falta de fiscalização e punição* as duas maiores barreiras à implementação da acessibilidade na construção civil. Os demais respondentes concordam com a *falta de fiscalização* como um fator de grande relevância, mas também destacaram a *falta de ações públicas de incentivo* como um entrave a ser considerado. O ordenamento de seis dos oito fatores elencados encontrou, em geral, consenso entre profissionais e os demais, com exceção dos dois fatores técnicos somente passíveis de avaliação por aqueles que se profissionalizaram na área: a

falta de formação básica no tema e as dificuldades técnicas. Enquanto para os profissionais, a formação foi entendida como a principal barreira, para os demais respondentes este problema só entraria como o 5º fator, com uma diferença percentual de mais de 30%. O fator menos marcado foi o que levantou a provocação de que a acessibilidade *não é prioridade*, com apenas 1% das marcações por profissionais e 4% pelos demais respondentes. Apesar deste resultado ser aparentemente positivo, é inevitável – dada a realidade dos espaços construídos e demais análises – o quanto a sinceridade e autoavaliação imperou verdadeiramente nestas marcações, ou melhor, não marcações.

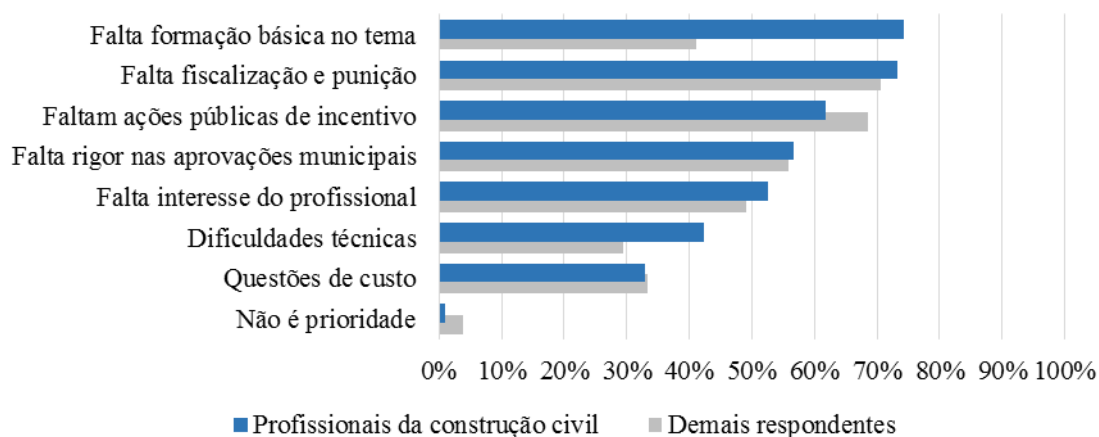


Figura 8 Barreiras à implementação da acessibilidade universal na construção civil

3.1 Análise qualitativa

Para a análise qualitativa, foi feita uma análise dos termos mais marcados sobre a questão que perguntava ao profissional quais conteúdos relativos à acessibilidade foram ensinados durante a formação. As opções eram as seguintes: estacionamento; rota acessível (abrigo em pontos de embarque, circulação externa, rebaixamento de calçadas etc.); rampas; escadas e degraus isolados; elevadores e plataformas para transporte de pessoas com deficiência; contrastes de cores; níveis de iluminação; portas; sanitários (barras de apoio, áreas de transferência, etc); mobiliário (ex.: balcões de informação, mesas, etc.); comunicação e sinalização (visual e tátil); nenhum.

A partir das marcações dos profissionais, que permitia marca mais de uma alternativa, foi feita uma nuvem de palavras. A Figura 9 destaca os verbetes que apresentaram maior frequência com uma fonte em tamanho maior, destacando-se os termos rampas, portas e sanitários. Os conteúdos menos abordados foram, portanto, sobre mobiliários acessíveis, níveis de iluminação e contrastes. A opção “Nenhum” foi quase tão marcada quanto “Rampas”, porém, para não gerar entendimento equivocado da imagem, o termo foi retirado do gráfico.



Figura 9 Nuvem de palavras dos conteúdos vistos no curso



Figura 10 Nuvem de palavras de conteúdos que carecem de mais formação

Também foi perguntado aos profissionais sobre quais conteúdos eles sentiam mais necessidade de formação. As opções de marcar foram as mesmas da questão anterior, mas o resultado diverge, como esperado. Neste caso, os conteúdos percebidos como mais deficientes são sinalização, contraste e iluminação, seguido de rotas acessíveis e elevadores. Nesta questão também foi dada a opção “Todos” os conteúdos, e assim como na questão anterior este termo foi retirado na nuvem de palavras por destacar-se demasiadamente, prejudicando a visualização dos conteúdos em si.

Estas duas nuvens de palavras – a primeira ilustrando os conteúdos mais frequentemente trabalhados e a segunda com os conteúdos que demandam mais formação – são bastante proporcionais, complementares, sugerindo uma validação destes dados.

No questionário, foram deixados dois espaços para que os participantes pudessem contribuir livremente com a pesquisa: o primeiro campo pedia que os respondentes relatassem um pouco, quando existente, de sua formação complementar ou experiência profissional no tema acessibilidade; o segundo campo deixou espaço para sugestões e depoimentos. Para analisar as respostas, foram empregados métodos sistemáticos de análise qualitativa. Em particular, foi realizado o procedimento de codificação aberta dos dados textuais (CRESWELL, 1998). Neste método, são anotados os conceitos que emergem de cada resposta. Após realizar a codificação aberta dos dados, os conceitos foram filtrados de acordo com a relevância para esta pesquisa. A seguir são apresentados os conceitos relevantes contidos nos comentários dos respondentes, juntamente com citações de alguns trechos.

- **carências na formação** – grande parte dos profissionais que contribuíram nas questões abertas relataram deficiências na formação: *“O que conheço de acessibilidade foi dado em dois anos de desenho arquitetônico (...), não adentramos a todas as situações que são necessárias à acessibilidade”. “Infelizmente nas faculdades e cursos técnicos (...) o tema é pouquíssimo abordado e muitas vezes desprezado.” “Não aprendi nada no curso, o pouco que aprendi foi no estágio na parte de sinalização visual e tátil, sanitários”. “A minha experiência se deve mais à vivência”*.
- **compromisso profissional** – alguns profissionais chamaram atenção para a responsabilidade e compromisso no desenvolvimento de projetos e obras: *“Em meus projetos sempre procuro dar a devida importância ao assunto”*. Porém, nem sempre este compromisso é suficiente: *“(...) tive contato com projetos arquitetônicos que observam alguns aspectos da norma (...) porém, pude observar que todos os envolvidos no empreendimento falham: projetistas, construtores e órgãos de fiscalização”*; *“existia um projeto de acessibilidade, só que não estava condizente com a norma”*. Por fim, sugeriu-se que compromisso profissional não tem uma base ampla, pode estar limitado a um mero atendimento normativo: *“Acessibilidade hoje só é aplicada pelo fato de ser obrigatoria”*.
- **conscientização, mudança cultural e difusão do conhecimento** – Estes aspectos apareceram em muitas falas, com diferentes focos. É preciso *“entender que existem pessoas que necessitam disso para viver o seu dia a dia”*; *“(...) há necessidade de uma mudança cultural, a nível não somente do técnico, mas da própria população. Muitas pessoas têm a postura errônea em achar que nunca vão envelhecer, adoecer ou passar por limitações”*. *“Outro desafio é fazer com*

que os não-deficientes percebam a necessidade e o direito do outro de ir e vim sem constrangimento”. Também chamou-se atenção para a expansão da consciência para operários da construção civil: “é necessário conscientizar os mestres de obras e pedreiros para não iniciar uma obra (...) sem o acompanhamento de um profissional habilitado”. Sugeriu-se, de forma geral, “maior difusão sobre o conhecimento nesse tema para que as pessoas comecem a perceber sua importância.”

- **implementação de normas existentes** – alguns profissionais chamaram atenção para a necessidade de discutir e apresentar publicamente as normas e suas implicações a fim de capacitar e atualizar profissionais da área, *“promover discussões públicas (não somente dispor a norma para consulta, pois isso só atende a um público restrito).”* *“Temos muito a evoluir para implementação das normativas existentes, especialmente em edificações existentes e áreas urbanas consolidadas”.*
- **fiscalização** – *“Órgãos fiscalizadores devem acompanhar a execução para ver se o elemento é acessível efetivamente”.* Foi sugerido que *“Projeto de Lei integre o controle de projetos realizados pelas prefeituras.”*
- **aprendizado com simulação** – foi sugerido que a formação e capacitação de profissionais deve ser complementada com *“experiências pessoais com simulação de limitações físicas dos movimentos e sentidos (...). Essa experiência implanta de forma definitiva a semente das preocupações de acessibilidades universal.”*
- **importância do tema** – muitos profissionais consideram o tema de grande importância: *“Acho muito importante questionamentos que chamem a atenção aos problemas em acessibilidade.”*

Dentre o grupo de profissionais que marcaram ter cursado disciplina de acessibilidade ou desenho universal durante a formação, numa análise mais criteriosa, investigou-se a resposta aberta seguinte que visava coletar o nome das disciplinas. Verificou-se que a maioria das pessoas que afirmaram ter disciplina específica citaram, na verdade, uma disciplina de desenho técnico ou arquitetônico – que pode, sim, abordar tangencialmente o tema, mas cujo conteúdo não é dedicado profundamente ao aprendizado da acessibilidade universal. Esta constatação, além de levantar ponderações sobre a análise quantitativa nesta questão, pode demonstrar um subentendimento do tema em níveis ainda mais primários.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão dos princípios que regem a Acessibilidade e o Desenho Universal é condição primordial para a mudança do paradigma na construção civil de prover experiências espaciais de democratização dos ambientes públicos e privados para todos os usuários. Soluções projetuais plenas e integradas exigem que se abandone a visão redutora do complemento, da adaptação, do “remendo”, como vem sendo feitas as intervenções ditas acessíveis por todos os cantos do Brasil.

Nesta pesquisa, verificou-se que o tema acessibilidade só começou a ser tratado em disciplinas das graduações em engenharia civil, arquitetura e urbanismo e no curso de

técnico em edificações a partir da década de 1990. Ainda hoje, porém, o percentual de cursos que tratam o tema de forma específica e aprofundada está muito aquém do necessário.

O conhecimento da acessibilidade, apesar de ser um critério fundamental para a atuação profissional responsável, mostrou que ainda depende quase exclusivamente de formação complementar ou experiência na área. Apesar de mais de 90% da amostra declarar sentir necessidade de mais formação na área, menos de 20% tem familiaridade com a Norma. Ou seja, uma capacidade que deveria ser desenvolvida na formação está dependendo quase exclusivamente de interesse pessoal. Entretanto, a percepção da amostra é de que há uma tendência positiva da importância dada ao tema durante os cursos nos anos seguintes a 2004 – o ano da NBR 9050 e do decreto que a instituiu (BRASIL, 2004).

Além das carências na formação, outros fatores foram destacados como possíveis barreiras à implementação da acessibilidade na construção civil, como a falta de fiscalização e punição e a falta de iniciativas do poder político em criar, apoiar e cobrar ações em acessibilidade.

Ficam depositadas esperanças no Estatuto da Pessoa com Deficiência que institui a prerrogativa da inclusão dos conteúdos curriculares em cursos de nível superior e de educação profissional como um caminho para a redução das barreiras na formação. Com otimismo, a redução destas barreiras educacionais refletirá proporcionalmente na eliminação das barreiras espaciais, e em alguns anos a acessibilidade não precisará ser tão discutida, pois não será percebida por estar muito bem feita e em todo lugar implantada.

Agradecimentos

Ao Programa de apoio à participação em eventos acadêmico-técnico-científicos de alta relevância – Programa Participar e à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae) da UFBA, pelas três bolsas do Programa Permanecer concedidas ao Projeto Campus Acessível.

5 REFERÊNCIAS

ANBT (2015) **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL (2015) **Lei nº 13.146: Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015.

_____ (2004) **Decreto nº. 5.296 Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Brasília, 2004.

Creswell, J. (1998) **Qualitative inquiry and research design: Choosing among five traditions**. Thousand Oaks, California.

IBGE (2010) **Censo Demográfico 2010**. Em: *www.censo2010.ibge.gov.br*

Leite, F. P. A. (2011) A promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência: a observância das normas e do desenho universal, in: **Âmbito Jurídico**, XIV, n. 93.

Santos, H. B. (2016) **Desafios para a implementação da acessibilidade na construção civil**. Monografia de Graduação – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Santos, D. V. C.; Santos, H. B.; Alves, G. M. R.; Santana, C. O.; Souza, E. B. O.; Pinheiro, M. E.; Barreto, P.H.N. (2015) **Projeto Campus Acessível: Desafios para a Acessibilidade em uma Universidade Pública Brasileira**. Anais do XXIX Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes, ANPET, Ouro Preto, MG.

Sasaki, R. K. (2006) **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7ª edição. WVA, Rio de Janeiro, RJ.